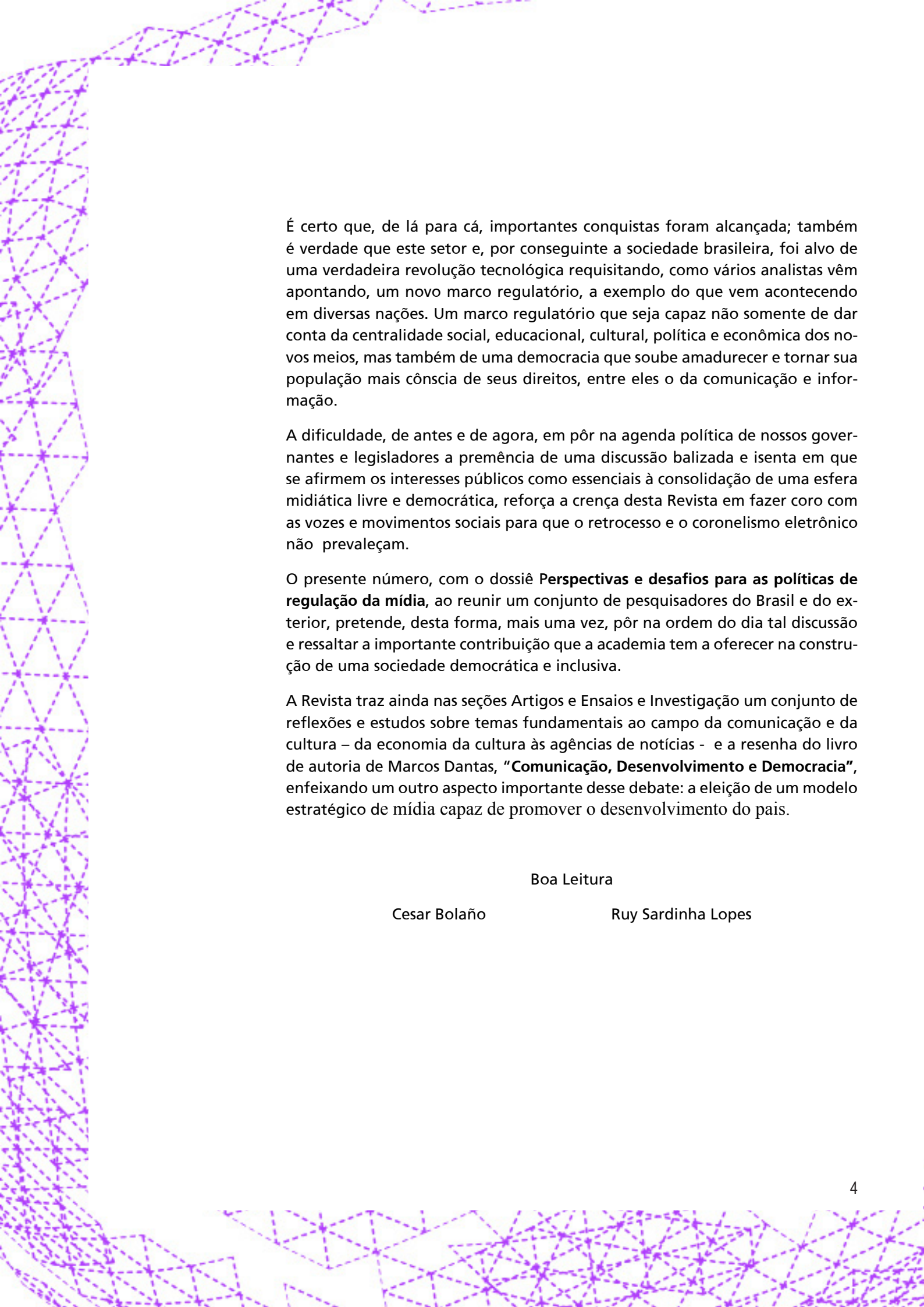


Apresentação

Quando, em 1959, o arquiteto e urbanista Lucio Costa concebeu o plano piloto daquela que seria a cidade-sede do governo federal do Brasil fez questão de propor, e se responsabilizar pela autoria de modo a garantir-lhe a devida monumentalidade, a existência de uma “torre das estações radioemissoras e de televisão”. Símbolo, segundo seu autor, da evolução da sociedade e da modernidade tecnológica, a torre foi implantada no eixo monumental em alinhamento direto, e fechando a outra extremidade do eixo, com a Praça dos Três Poderes. Mal sabia o urbanista que estaria pon-do em alinhamento simbólico com os poderes republicanos um quarto poder que se por um lado pode servir de salvaguarda das conquistas democráticas, por outro, sob a hegemonia dos interesses privados e mercantis, pode suplantar sua dimensão pública conformando novas esferas coercitivas.

Assim, num momento, 1962, onde o mercado da radiodifusão no Brasil tornava-se mais interessante aos investidores e passava a atrair também a atenção do governo vimos a promulgação do Código Brasileiro de Telecomunicações, ainda vigente, cuja certidão de nascimento fora marcada pelo embate entre o esforço regulador do Presidente João Goulart (que propôs 52 vetos ao texto, todos derrubados) e o Congresso Nacional que já aquela época contava com a forte pressão dos empresários de mídia, assistindo, no segundo dia de votação, à criação da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT). Inaugurava-se, assim, um longo relacionamento, onde a permissividade e simbiose entre interesses públicos e privados fazia a balança pender para o segundo prato.



É certo que, de lá para cá, importantes conquistas foram alcançadas; também é verdade que este setor e, por conseguinte a sociedade brasileira, foi alvo de uma verdadeira revolução tecnológica requisitando, como vários analistas vêm apontando, um novo marco regulatório, a exemplo do que vem acontecendo em diversas nações. Um marco regulatório que seja capaz não somente de dar conta da centralidade social, educacional, cultural, política e econômica dos novos meios, mas também de uma democracia que soube amadurecer e tornar sua população mais cônica de seus direitos, entre eles o da comunicação e informação.

A dificuldade, de antes e de agora, em pôr na agenda política de nossos governantes e legisladores a premência de uma discussão balizada e isenta em que se afirmem os interesses públicos como essenciais à consolidação de uma esfera midiática livre e democrática, reforça a crença desta Revista em fazer coro com as vozes e movimentos sociais para que o retrocesso e o coronelismo eletrônico não prevaleçam.

O presente número, com o dossiê **Perspectivas e desafios para as políticas de regulação da mídia**, ao reunir um conjunto de pesquisadores do Brasil e do exterior, pretende, desta forma, mais uma vez, pôr na ordem do dia tal discussão e ressaltar a importante contribuição que a academia tem a oferecer na construção de uma sociedade democrática e inclusiva.

A Revista traz ainda nas seções Artigos e Ensaio e Investigação um conjunto de reflexões e estudos sobre temas fundamentais ao campo da comunicação e da cultura – da economia da cultura às agências de notícias - e a resenha do livro de autoria de Marcos Dantas, “**Comunicação, Desenvolvimento e Democracia**”, enfeixando um outro aspecto importante desse debate: a eleição de um modelo estratégico de mídia capaz de promover o desenvolvimento do país.

Boa Leitura

Cesar Bolaño

Ruy Sardinha Lopes